

REUNIÃO

Autoridades de Tangará participam de Marcha Municipalista a Cuiabá

>> **Rodrigo Soares**
Redação DS

Autoridades públicas de Tangará da Serra estão participando desde essa segunda-feira, 10, da 1ª Marcha a Cuiabá – Prefeitos e Vereadores em Defesa dos Municípios Mato-grossenses. O evento é realizado pela Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) e a União das Câmaras Municipais de Mato Grosso (UCMMAT) e se encerra hoje, 11, em Cuiabá, onde estão reunidos cerca de 130 prefeitos, 30 ex-prefeitos e 350 vereadores do Estado. De acordo com o prefeito de Tangará da

Serra, Fábio Martins Junqueira, o objetivo é defender os interesses do município em vários aspectos. “Estamos representando Tangará da Serra nessa que é a primeira Marcha de Prefeitos a Vereadores a Cuiabá. A finalidade da marcha é a defesa dos Municípios. Vamos acompanhar e discutir as temáticas que serão inseridas no debate entre os gestores durante a marcha, marcando presença e, sem dúvida, defendendo os interesses de Tangará da Serra”, comentou o chefe do Executivo, ao destacar que a programação do evento abrange uma série de

assuntos, como por exemplo a participação dos municípios nas receitas federais e estaduais. “Teve palestras sobre ITR, receita financeira, assuntos ligados à Educação e Assistência Social, então por isso foram vários participantes”, disse.

Além do prefeito Fábio, também participaram da marcha a Primeira Dama, Helena Matias Junqueira; Vice-prefeito, Renato Gouveia; Secretário de Educação, Adriano Fernandes; Secretário de Assistência Social, Agnaldo Garrido; e representantes do setor de fiscalização do município.



Evento reúne mais de 100 prefeitos do Estado

LEI KANDIR

Mato Grosso perde R\$ 5 bi por ano com desoneração

>> **Folha Max**

Autoridades políticas dos 141 municípios mato-grossenses participaram da audiência pública realizada em conjunto entre a Assembleia Legislativa e a Comissão Mista do Congresso Nacional para discutir o projeto de lei complementar 288/2016, de autoria do senador Wellington Fagundes (PR), em tramitação no Senado Federal.

A proposta altera o artigo 31 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que regulamenta a compensação da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios por conta da perda de receita decorrente da desoneração de Imposto sobre

Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS) sobre exportações de bens primários e semielaborados e da concessão de crédito nas aquisições destinadas ao ativo permanente.

De acordo com o senador Wellington Fagundes, a situação atual da referida compensação é precária, seja da perspectiva legal, seja do ponto de vista financeiro. Nos últimos anos, segundo ele, estão sendo transferidos cerca de R\$ 3,9 bilhões, sendo R\$ 1,95 bilhão com base na Lei Kandir e R\$ 1,95 bilhão por meio de Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (FEX).

“Em geral isso está fundamentado em medidas provisórias editadas anualmente. Os R\$ 3,9 bilhões representam pouco mais de 10% do total da



Situação atual da referida compensação é precária

perda anual de receita dos Estados com a desoneração das exportações e com os créditos concedidos na aquisição de bens destinados ao ativo permanente das empresas”, disse Fagundes.

Fagundes destacou que a proposta faz com que

o governo federal devolva o que é de direito dos Estados exportadores de produtos primários. Para isso, o Supremo Tribunal Federal (STF) já definiu até o dia 30 novembro de 2017 para o Congresso Nacional regulamentar a Lei Kandir.

GOVERNADOR

Taques quer revisão da Lei Kandir: “Compensação é merreca”

>> **Mídia News**

O governador Pedro Taques (PSDB) defendeu a revisão da Lei Kandir durante um evento de prefeitos promovido pela Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), na tarde desta segunda-feira, 10, em Cuiabá.

A lei federal isenta os produtos e serviços destinados à exportação da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Com as desonerações, Mato Grosso já deixou de arrecadar cerca de R\$ 38 bilhões desde que

a legislação foi sancionada, em 1996.

De acordo com o tucano, mudanças na lei são necessárias de modo a dar fôlego financeiro ao Estado e, consequentemente, aos Municípios.

“Sabemos do momento de dificuldade que os Municípios vivem. Aliás, os Municípios do Brasil todo. E o Governo do Estado está junto com toda a banca federal, para que possamos alterar a Lei Kandir. Precisamos modificar isso para cada dia mais ajudar os Municípios, mesmo estando em dificuldade”, disse o governador no evento.

Solicite a disponibilidade desse serviço na Inviolável de sua cidade.

TECNOLOGIA INVOLÁVEL = PROTEÇÃO IMBATÍVEL!

Inviolável monitoramento

- Monitoramento por internet e chip celular
- Monitoramento 24 horas
- Monitoramento via radiofrequência
- Monitoramento e armazenamento de vídeo câmera
- Cerca elétrica

Inviolável segurança

- Segurança patrimonial armada e desarmada
- Transporte de valores
- Segurança VIP

Outros serviços

- Invisigra Rastreamento
- Portaria inteligente de condomínios
- Serviços gerais

INVOLÁVEL

MONITORAMENTO ELETRÔNICO

Tangará da Serra, MT
(65) 3311-3311 / inviolavel.com

VOXBRAZIL.COM.BR